

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇAS CLIMÁTICAS – MMA

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA – MAPA

SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO – SFB

INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA – IICA

**CONSÓRCIOS DE PAISAGEM SUSTENTÁVEL DE USO MÚLTIPLO NO BRASIL (P172497) --
SISTEMAS ALIMENTARES, USO DO SOLO E RESTAURAÇÃO (FOLUR) - MMA/SFB/MAPA/IICA
(PROJETO VERTENTES)**

**PLANO DE ENGAJAMENTO DAS PARTES INTERESSADAS E MECANISMO DE
QUEIXAS E RECLAMAÇÕES**

Brasília, novembro de 2024

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO.....	3
1.1	Objetivos do Plano.....	3
2.	DESCRIÇÃO DO PROJETO.....	4
2.1	Componentes do projeto.....	5
3.	ATIVIDADES PRELIMINARES DE CONSULTA E ENVOLVIMENTO DAS PARTES INTERESSADAS	9
4.	PLANO DE ENGAJAMENTO DAS PARTES INTERESSADAS (PEPI)	12
4.1	Objetivo geral deste Plano de Engajamento de Partes Interessadas	12
4.2	Premissas gerais do PEPI.....	12
4.3	Princípios do PEPI.....	12
4.4	NAS 10 - Engajamento das Partes Interessadas e Divulgação de Informações.....	12
4.5	Riscos e Impactos Socioambientais do Projeto	13
4.6	Identificação e análise das partes interessadas.....	17
4.7	Estratégia operacional	20
4.8	Recursos e responsabilidades.....	24
4.9	Cronograma do Plano de Engajamento das Partes Interessadas	25
5.	MECANISMO DE QUEIXAS E RECLAMAÇÕES.....	27
5.1	Monitoramento de dados do Ombudsman.....	30
6.	MONITORAMENTO E RELATÓRIOS.....	32
6.1	Participação das partes interessadas nas atividades de monitoramento	32
6.2	Preparo de relatórios para as partes interessadas	32
6.3	Relatórios de contratantes e/ou parceiros.....	32
7.	ARRANJO INSTITUCIONAL E ORÇAMENTO	33
7.1	Execução local descentralizada	33
7.2	Custo do monitoramento e avaliação.....	33
8.	MAPEAMENTO DE PARCEIROS E BENEFICIÁRIOS POTENCIAIS DO PROJETO	35
9.	MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO	37
7.1	Indicadores propostos	37
7.2	Relatórios.....	37

1. INTRODUÇÃO

O desenvolvimento deste Plano de Engajamento das Partes Interessadas (PEPI) para o Projeto Vertentes atende aos requisitos da NAS 10 - Envolvimento das Partes Interessadas e Divulgação de Informações” do Quadro Ambiental e Social do Banco Mundial (ESF). Esta Norma reconhece a importância de um processo aberto e transparente de engajamento das partes interessadas como um elemento essencial das boas práticas internacionais, contribuindo para melhorar a eficiência da implementação, aceitação e sustentabilidade ambiental e social de projetos de desenvolvimento.

1.1 Objetivos do Plano

- (a) Estabelecer uma estratégia sistemática para engajamento das partes interessadas, especialmente em relação às partes interessadas afetadas pelo projeto;
- (b) Avaliar o nível de interesse e apoio das partes interessadas ao projeto e permitir que suas opiniões sejam consideradas no design do projeto e em termos de desempenho ambiental e social do projeto;
- (c) Promover e fornecer meios para engajamento eficaz e inclusivo das partes interessadas que podem ser afetadas por problemas que surgem ao longo do ciclo de vida do projeto;
- (d) Garantir que informações apropriadas sobre os riscos e impactos socioambientais do projeto sejam divulgadas às partes interessadas de forma oportuna, acessível, compreensível e adequada; e
- (e) Garantir que as comunidades afetadas pelo projeto tenham meios acessíveis e inclusivos para levantar questões e queixas, e permitir que os mutuários respondam e gerenciem tais questões e queixas.

2. DESCRIÇÃO DO PROJETO

O Projeto Vertentes, com recursos fornecidos pelo Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF) e gerenciado pelo Banco Mundial, busca aumentar a área sob manejo sustentável da terra em paisagens selecionadas de agricultura de soja e produção de gado de corte no Brasil, e promover a integração entre sistemas alimentares e paisagens sustentáveis, conservação da biodiversidade e recuperação de áreas degradadas. A abordagem do projeto estará alinhada ao *“Food Systems, Land Use and Restoration Impact Program (FOLUR), Programa 7 do Global Environment Facility (GEF 7)”*.

O projeto adotará uma estratégia específica com foco em gênero, buscando fortalecer políticas públicas e iniciativas locais e regionais relacionadas a esse tema, alinhadas às políticas pertinentes do Banco Mundial.

Os planos e atividades apoiados pelo Projeto Vertentes - dependendo de seu tipo, escala e estratégia técnica - podem apresentar diferentes níveis de risco e impacto ambiental e social (positivo e negativo). De acordo com o princípio da proporcionalidade, o sistema de gerenciamento de risco seguirá a legislação ambiental, social e trabalhista brasileira e as Normas Ambientais e Sociais (NAS) que fazem parte do Quadro Ambiental e Social (ESF) do Banco Mundial.

As atividades incluirão, entre outras: (i) planos de ação para fortalecer consórcios regionais; (ii) treinamento e assistência técnica para agricultores em práticas de Manejo Sustentável da Paisagem (SLM – da sigla em Inglês); (iii) recuperação de pastagens degradadas; (iv) recuperação de terras agrícolas e florestais degradadas; (v) proteção de APPs e recuperação de APPs altamente degradadas; (vi) apoio a Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN); (vii) mapeamento e valoração de espécies-chave da biodiversidade do Cerrado ; (viii) manejo integrado de pragas (MIP); e (ix) manejo sustentável de pastagens (tecnologias para produção sustentável de forragens em pastagens estabelecidas e nativas, sistemas agrossilvipastoris , sistemas integrados de lavoura-pecuária, etc.

O Projeto Vertentes atuará em regiões selecionadas do bioma Cerrado e suas áreas de transição de estresse ecológico (bioma Pantanal, bioma Caatinga e bioma Mata Atlântica), onde intervenções decorrentes de políticas e programas voltados ao desenvolvimento local (por exemplo, políticas de assistência técnica, políticas de estímulo às cadeias produtivas (pecuária e soja), projetos financiados nacional e internacionalmente, projetos de pesquisa, etc.) têm sido implementadas de forma desorganizada.

Nessas regiões, o projeto buscará mobilizar agricultores e suas organizações representativas, “traders”, governos estaduais e municipais, agências locais de assistência técnica e financeira, organizações não governamentais (ONGs), compradores e investidores, apoiando políticas, programas e iniciativas existentes que se aplicam ou são aplicáveis a esses biomas. O principal valor agregado do projeto será atingir os objetivos propostos por meio da construção de sinergia entre atores, políticas e iniciativas existentes na forma de consórcios ativos localmente para atingir os objetivos planejados.

É essencial que os agricultores, que desempenham um papel tão importante na tomada de decisões relacionadas ao meio ambiente, possuam bom conhecimento e compreensão de uma gama de elementos diferentes: os componentes que compõem a paisagem; os limites do uso sustentável; conhecimento dos componentes que exigem cuidados especiais; consciência dos solos mais frágeis; e como ocorre a degradação da paisagem. É importante ressaltar que os agricultores também precisam saber mais sobre quais medidas e estratégias tecnológicas e metodológicas podem ser usadas para gerar uma relação positiva e sustentável entre os ecossistemas e a produção de commodities. O projeto será desenvolvido com base em quatro componentes distintos, mas complementares:

2.1 Componentes do projeto

(a) Componente 1 - Desenvolvimento e promoção de uma abordagem de Gestão Sustentável de Terras (SLM)

(i) Objetivo

Fortalecer a governança local, o planejamento e a capacidade de gestão para implementar SLM. Contribuirá para alcançar os resultados do Programa FOLUR IP relacionados com paisagens integradas, nomeadamente através da melhoria das práticas de planeamento e gestão da paisagem e do fortalecimento da capacidade das instituições locais de governança da paisagem.

(ii) Atividades

- Identificar partes interessadas locais relevantes;
- Mobilizar atores representativos para participarem nos consórcios, incluindo visando as mulheres;
- Realizar campanhas de comunicação para informar e envolver as partes interessadas sobre os objetivos, escopo, atividades e procedimentos do projeto;
- Fornecer formação e assistência técnica para reforçar as capacidades de SLM e de governação dos principais intervenientes participantes nos consórcios;
- Realizar análises de áreas selecionadas para planos de ação de Paisagens Produtivas;
- Identificar potenciais parcerias para financiamento paralelo e para integração de iniciativas de SLM entre diferentes atores.

(iii) Resultados Esperados

- R 1 1 - Partes interessadas participando efetivamente nas atividades do projeto;
- R 1 2 - Capacidade de SLM e governança de comunidades e instituições locais aprimoradas;
- R 1 3 - Consórcios de paisagens locais engajados para dar suporte a intervenções de gestão sustentável de terras;
- R 1 4 - Políticas públicas vinculadas ao incentivos de uso da terra, aprimoradas.

(iv) Indicadores

- Consórcios criados ou fortalecidos pelo projeto.
- Atores capacitados sobre gestão sustentável da paisagem¹ e participando das atividades do projeto no âmbito dos Consórcios Regionais.

(b) Componente 2 – Promoção de práticas sustentáveis de produção alimentar e cadeias de valor responsáveis

(I) Objetivo

Promover a adoção nas explorações agrícolas, por parte dos produtores de gado e de soja, de práticas de baixo carbono e de SLM, e envolver o setor privado na adoção de tais práticas, criando oportunidades para aumentar a produtividade e a geração de renda.

(ii) Atividades

- Fornecimento TA/treinamento para produtores rurais em SLM, práticas de conservação e restauração da biodiversidade;
- Implementação de estratégia de engajamento do setor privado
- Levantamento e análise de protocolos e certificações de mercado sustentável.

(iii) Resultados Esperados

- R 2 1 - Produtores rurais e membros da comunidade com conhecimento sobre SLM e práticas de recuperação e conservação ambiental;
- R 2 2 - Áreas de terra sob SLM em sistemas de produção expandidas;
- R 2 3 - Produtores rurais e membros da comunidade capazes de implementar iniciativas do Projeto;
- R 2 4 - Vínculos de mercado sustentáveis, aprimorados.

(iv) Indicadores

- Área de paisagens sob manejo sustentável da terra em sistemas de produção;
- Agricultores e trabalhadores rurais que recebem informações sobre práticas agrícolas sustentáveis;
- Participantes de atividades de educação à distância recebendo informações sobre práticas agrícolas sustentáveis;
- Participantes de eventos do projeto, seminários, dias de campo e outras reuniões.

¹ Conceito incluído no PAD: “A gestão sustentável da terra (SLM) inclui uma série de medidas complementares que são adaptadas ao contexto biofísico e socioeconômico para a proteção, conservação e uso sustentável de recursos (solo, água, biodiversidade). Opções promissoras de SLM estão disponíveis para sustentar a utilização produtiva de diferentes tipos de uso da terra dentro da paisagem. A interação entre os componentes da terra, dentro de qualquer paisagem, e a influência do clima e das atividades humanas determinam a produtividade e a sustentabilidade do sistema de uso da terra.” FAO. 2017. Paisagens para a Vida: Abordagens para a Gestão da Paisagem para Alimentos e Agricultura Sustentáveis.

(c) Componente 3 – Conservação e restauração de habitats naturais e integração da biodiversidade

(i) Objetivo

Apoiar a adoção de práticas de conservação e restauração da biodiversidade em terras agrícolas degradadas, florestas naturais e terras florestadas localizadas dentro de um subconjunto (320) de imóveis rurais selecionados no Componente 2. . Outcome: Restabelecer os fluxos bióticos e hidrológicos nas áreas diretamente apoiadas pelo projeto e nas áreas circundantes, reconectando habitats fragmentados e restaurando processos ecológicos degradados.

(ii) Atividades

- Fornecimento de AT/treinamento e apoio financeiro a produtores rurais sobre práticas de restauração;
- Avaliação e monitoramento para proteção da biodiversidade;
- Avaliações/estudos de serviços ambientais, estoque de carbono da paisagem e Degradação Neutra das Terras) LDN.

(iii) Resultados Esperados

R 3 1 - Áreas de vegetação nativa em processo de recuperação, expandidas;

R 3 2 - Áreas de paisagem sob manejo melhorado para beneficiar a biodiversidade, expandidas;

R 3 3 - Serviço ambiental, estoque de carbono da paisagem e Degradação Neutra das Terras (LDN), medidos

(iv) Indicadores

- Área de floresta e terreno florestal restaurado;
- Área de terras agrícolas degradadas restauradas;
- Promover a biodiversidade com a gestão sustentável da paisagem [Hectare

Componente 4 - Gestão do Projeto e Geração de conhecimento

(i) Objetivo

Apoiar o planejamento, gestão, monitoramento e avaliação (M&A) global do projeto, transparente e acessível a todos os atores envolvidos, bem como a gestão do conhecimento e disseminação de lições aprendidas a nível nacional e internacional como parte do GP FOLUR. Especificamente, este componente apoiará: a coordenação interinstitucional; a implementação do plano de M&A, incluindo: implementação das Normas Ambientais e Sociais relevantes ao projeto e gestão de riscos; a administração fiduciária; os controles internos e auditorias; o envolvimento das partes interessadas, da estratégia de gênero e dos mecanismos de reparação de queixas; a estratégia de gestão do conhecimento (GC); e a estratégia de comunicação e divulgação.

(ii) Atividades

- Gerenciar a implementação do projeto;
- Desenvolver estratégia de gestão do conhecimento;
- Desenvolver estratégia de comunicação.

(iii) Resultados Esperados

R 4 1 - Projeto efetivamente implementado;

R 4 2 - Conhecimento gerado e compartilhado;

R 4 3 - Lições, ferramentas e inovações do projeto sistematizadas e compartilhadas com as partes interessadas.

Indicadores

- Beneficiários diretos das atividades do projeto;
- Beneficiários diretos das atividades do projeto;
- Registros do conhecimento gerado pelo projeto nas plataformas selecionadas;
- Eventos anuais de gerenciamento de conhecimento do projeto;
- Beneficiários diretos satisfeitos com a assistência técnica recebida no âmbito do projeto;
- Plano de gestão de risco ambiental e social fortalecido e adotado pelo projeto.

Minuta para Consulta

3. ATIVIDADES PRELIMINARES DE CONSULTA E ENVOLVIMENTO DAS PARTES INTERESSADAS

NOTA: Estas atividades foram realizadas pelo SENAR, durante as consultas iniciais para o engajamento de partes interessadas

Antes de o IICA aderir ao projeto, o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) era originalmente a agência executora do projeto e realizava as atividades iniciais de consulta e engajamento das partes interessadas.

Ao longo de 2020, o SENAR adaptou-se à pandemia da COVID-19 e continuou a realizar atividades pensadas para garantir a segurança dos participantes, e realizou vários eventos sobre o tema da produção agrícola e práticas agrícolas de baixo carbono. Esses eventos forneceram uma oportunidade para melhorar o engajamento com as partes interessadas e explicar as atividades de preparação do projeto, notadamente:

22/07/2020: “Perspectivas para as exportações do agronegócio”, CNA/SENAR (<https://www.cnabrazil.org.br/noticias/cna-participa-de-webinar-sobre-o-panorama-das-exportacoes-para-o-agronegocio>);

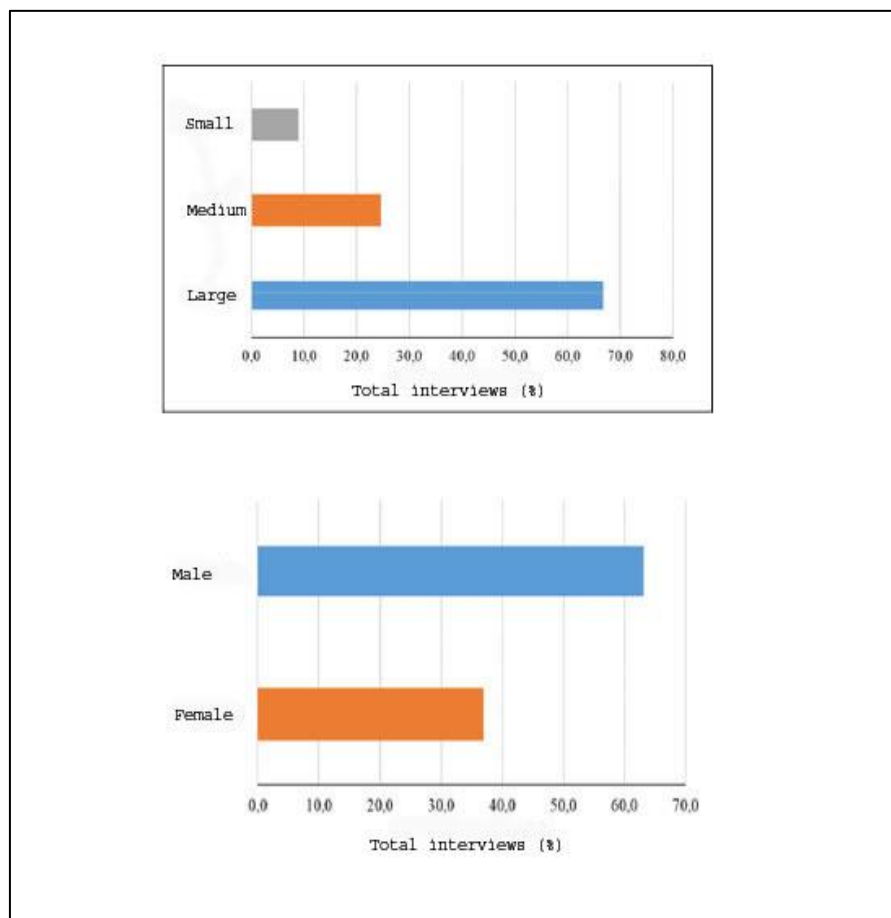
- 15/07/2020: “Oportunidades para a Agricultura Brasileira reduzir as emissões de gases de efeito estufa”, (<https://www.youtube.com/watch?v=h3Ioxob0U4I&t=98s>);

- 29/07/2020: “ATeG SENAR e Extensão Rural”, (<https://www.youtube.com/watch?v=iD6-7pTCGmo&t=794s>);

- 05/08/2020: “Oportunidades e desafios para a atuação da ATeG, sob a ótica do Técnico de Campo e Supervisor” (<https://www.youtube.com/watch?v=7xUSXgV0erE&t=3265s>);

- 2-3/10/ 2020: “ Agro for Brazil” reuniu atores do setor produtivo agrícola, incluindo entidades do setor agrícola. Palestras e entrevistas visando a troca de ideias experiências bem-sucedidas em cada região. Uma oportunidade para discussão e conscientização de questões-chave que afetam o setor agrícola.

O processo de preparação do projeto também incluiu: contato inicial com potenciais beneficiários e parceiros do Projeto Vertentes nas paisagens selecionadas, e um diagnóstico sobre possível colaboração de stakeholders com o Projeto Vertentes. Um total de 11 instituições foram consultadas pelo SENAR (todos os potenciais parceiros do Projeto Vertentes relacionados à cadeia produtiva de bovinos de corte). Quanto à cadeia de valor da soja, foram realizados 57 contatos e entrevistas remotas com produtores, além de entrevistas com associações de produtores, grupos de pesquisa e entidades representativas do setor. As 57 entrevistas com produtores de soja (homens e mulheres) foram distribuídas da seguinte forma:



Todos os stakeholders contatados manifestaram interesse no projeto. Os produtores rurais entrevistados também manifestaram disposição em colaborar com as atividades do projeto. Vale destacar as seguintes consultas:

- A APROSOJA BR apontou convergências entre o Projeto Vertentes e o programa Soja Plus, e manifestou interesse em participar de consórcios de paisagens e capacitações para regularização do CAR (proposta de ações conjuntas para adequação ao Cadastro Ambiental de Imóveis Rurais).
- A ABIEC (Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes) demonstrou interesse em aprimorar as estratégias de marketing e incentivar potenciais empresas parceiras a adotarem um selo de sustentabilidade na industrialização e comercialização de produtos cárneos.
- O pesquisador da EMBRAPA responsável pela Plataforma Pecuária de Baixo Carbono Certificada manifestou disposição em colocar o projeto em contato com a Marfrig e outros atores envolvidos com os selos CCN e Baixo Carbono, já desenvolvidos e validados pela Embrapa GC. A EMBRAPA também demonstrou interesse em contribuir para a formação de multiplicadores em metodologias sustentáveis de produção de bovinos de corte.
- No Mato Grosso, o IMAC (Instituto Mato- Grossense da Carne) pretende trabalhar em um 'selo de qualidade e sustentabilidade' estadual. A ACRIMAT (Associação dos Criadores de Mato Grosso) desenvolveu seu Programa de Bezerros Sustentáveis que pode abrir caminho para a inclusão de requisitos de sustentabilidade ao longo da

cadeia de gado de corte. Tanto o IMAC quanto a ACRIMAT estão preparados para atuar na região do MT coberta pelo Projeto Vertentes .

- O GTPS (Sustainable Livestock Working Group) estabeleceu um conjunto de indicadores para serem usados como referência para o desenvolvimento de protocolos. O WWF (World Wide Fund for Nature) executa um projeto de boas práticas e recuperação de áreas produtivas em Cabaceiras (Paraguai), onde estão localizados alguns dos municípios do MS do Vertentes. Junto com sua abordagem de desmatamento zero, o WWF propõe uma estratégia de produção intensificada para restaurar áreas de alto valor ambiental.

Todas as instituições e especialistas em gado de corte contatados pelo Senar demonstraram grande interesse no Projeto Vertentes e se ofereceram para colaborar.

NOTA: O IICA dará continuidade às atividades de consulta e engajamento realizadas até o momento durante a implementação do projeto, conforme detalhado a seguir no Plano de Engajamento de Partes Interessadas (PEPI).

Minuta para Consulta

4. PLANO DE ENGAJAMENTO DAS PARTES INTERESSADAS (PEPI)

4.1 Objetivo geral deste Plano de Engajamento de Partes Interessadas

Estabelecer uma estratégia sistemática para engajar partes interessadas, para incluir procedimentos para: (i) divulgação de informações; (ii) consulta; e (iii) responder a solicitações de informações e resolução de reclamações durante todo o ciclo de vida do projeto. O PEPI descreve como o IICA propõe divulgar informações-chave do projeto, melhorar a comunicação entre a instituição e as partes interessadas do projeto e abordar reclamações, solicitações de informações, sugestões, etc., sobre diferentes aspectos do projeto.

4.2 Premissas gerais do PEPI

O PEPI estabelece medidas para garantir que: (i) as atividades do projeto, incluindo os riscos sociais e ambientais associados – e as medidas preventivas planejadas para lidar com tais riscos – sejam divulgadas de forma clara e oportuna a todas as partes interessadas, usando ferramentas e conteúdo capazes de alcançar e abordar as preocupações de diferentes públicos, especialmente os grupos sociais mais vulneráveis e desfavorecidos; (ii) os canais de consulta, feedback de cidadãos e trabalhadores e resolução de reclamações relacionadas às atividades do projeto sejam bem divulgados e operem de forma eficiente; e (iii) as atividades de engajamento das partes interessadas sejam corretamente monitoradas e relatadas ao Banco.

4.3 Princípios do PEPI

O PEPI aplicará os seguintes princípios no processo de envolvimento das partes interessadas: (i) participação informada, garantindo que as informações sejam fornecidas e amplamente distribuídas entre todas as partes interessadas em um formato apropriado - por meio de mídias sociais, sites, boletins eletrônicos, publicação no Diário Oficial (quando apropriado), etc; (ii) consulta contínua, garantindo que haja canais disponíveis para receber solicitações de informações, sugestões e reclamações sobre as atividades do projeto, e que haja sistemas para responder rapidamente a tais solicitações, bem como para detectar e combater informações falsas; (iii) inclusão e sensibilidade para incentivar a participação das partes interessadas no projeto, garantindo que todas as partes interessadas sejam identificadas e que suas necessidades específicas em relação ao acesso à informação sejam atendidas.

4.4 NAS 10 - Engajamento das Partes Interessadas e Divulgação de Informações

A NAS 10 exige que os Mutuários de Financiamento de Projetos de Investimento consultem as partes interessadas durante todo o ciclo de vida do projeto. As consultas devem começar o mais cedo possível no estágio de preparação do projeto para permitir que as partes interessadas tenham tempo de contribuir com os aspectos relevantes do design do projeto. A NAS 10 exige ainda que o processo de engajamento das partes interessadas inclua: (i) identificação e análise de antecedentes das partes interessadas; (ii) plano mostrando como o

envolvimento das partes interessadas será incentivado; (iii) procedimentos de divulgação de informações; (iv) descrição do processo de consulta às partes interessadas; (v) abordagem e resposta a queixas; e (vi) divulgação de resultados. O ESS também define que a natureza, o escopo e a frequência do envolvimento das partes interessadas serão proporcionais à natureza e ao tamanho do projeto, bem como aos seus possíveis riscos e impactos.²

O Plano de Envolvimento das Partes Interessadas devem, em suma, ser proporcional aos riscos socioambientais do projeto.

4.5 Riscos e Impactos Socioambientais do Projeto

O objetivo do Projeto Vertentes é gerar impactos ambientais e sociais positivos de longo prazo, com maior sustentabilidade dos processos produtivos, levando a um aumento sustentável nas rendas de produtores médios e grandes (os principais beneficiários do projeto). Os impactos positivos mais significativos previstos são, entre outros: (i) promover a contenção da degradação ambiental em áreas selecionadas de APP; (ii) aumento dos estoques de carbono do solo e da biomassa vegetal; (iv) contenção da degradação do solo e da desertificação; (iv) solos agrícolas mais produtivos; (v) cadeias de produção mais resilientes às mudanças climáticas; e (vi) conservação da biodiversidade. Os impactos positivos resultarão de ações como:

(a) Apoio e incentivo à gestão sustentável da paisagem, contribuindo para a mudança de atitude dos agentes locais em relação aos processos de produção em escala, promovendo a recuperação de terras degradadas e confirmando os ativos ambientais como insumos essenciais para garantir o equilíbrio dos serviços ambientais da paisagem.

(b) Promoção de práticas sustentáveis e responsáveis de produção de alimentos nas cadeias produtivas apoiadas, incluindo: (i) incentivo ao uso de bioinsumos; (ii) uso prudente de pesticidas e descarte seguro de embalagens de pesticidas, por meio do treinamento de agricultores e trabalhadores rurais em manejo integrado de pragas e formas seguras de uso de pesticidas; (iii) manejo integrado de terras; (iv) controle da erosão; e (v) recuperação de pastagens degradadas.

(c) Promoção de cadeias de produção mais adaptadas às alterações climáticas através de: (i) utilização mais criteriosa da água; (ii) aumento do armazenamento de carbono no solo e da biomassa vegetal; e (iii) alterações e melhorias nos sistemas de produção, com maior ciclagem local de nutrientes e menor dependência de insumos externos.

O Quadro 1 leva em consideração as Normas Ambientais e Sociais do Banco Mundial, resumindo os principais riscos, impactos e medidas de mitigação associadas aos componentes e atividades do projeto.

²Norma Ambiental e Social 10 (Envolvimento das Partes Interessadas e Divulgação de Informações): parágrafos 6 e 8.

Quadro 1 - Resumo dos riscos e impactos ambientais e sociais e medidas de mitigação

Componente	Impactos positivos	Impactos negativos e riscos potenciais	Medidas de mitigação
Componente 1 - Desenvolvimento e promoção de uma abordagem de Gestão Sustentável de Terras (SLM)	<p>(i) Populações locais de ambos os sexos (especialmente nas áreas de produção de soja e gado de corte) motivadas a participar das ações do projeto.</p> <p>(ii) O ambiente social favorece o planejamento de ações de gestão integrada e sustentável da paisagem.</p> <p>(iii) Maior conscientização da população local (homens e mulheres) sobre a necessidade de uso e gestão sustentáveis da terra.</p> <p>(iv) Capacidades reforçadas das partes interessadas em termos de estratégias de gestão integrada e sustentável da paisagem.</p> <p>(v) Harmonização de políticas e programas de uso do solo em áreas selecionadas.</p> <p>(vi) Participação efetiva das mulheres nos planos de gestão integrada da paisagem.</p>	<p>Risco de planejar ações de manejo da paisagem sem considerar atividades e tecnologias sustentáveis.</p>	<p>Para garantir, durante a mobilização local e treinamento para formação de consórcios, e quando o planejamento e melhoria de ações relacionadas às intervenções do projeto são abordados, que as pessoas envolvidas busquem evitar e/ou minimizar esse risco. É vital que todos os envolvidos entendam o conceito de Gestão Sustentável de Paisagens (SLM) e as tecnologias sustentáveis associadas a ele.</p>
		<p>Risco de conflito de interesses entre as partes interessadas (incluindo os interesses das comunidades tradicionais presentes na paisagem).</p>	<p>As intervenções planejadas devem ser preparadas de forma participativa. Para evitar e/ou minimizar esse risco, deve ficar claro para as partes interessadas locais que as intervenções não são ilegais e não restringem o uso dos recursos naturais.</p>
		<p>Risco de baixa adesão das mulheres produtoras às atividades do projeto devido a atitudes de gênero e baixos incentivos.</p>	<p>Promover a valorização das mulheres produtoras e adotar uma abordagem mais equitativa à participação das mulheres na tomada de decisões e no planejamento de ações relacionadas ao processo produtivo. Prosseguir com as ações previstas na estratégia de gênero descrita no Quadro de Gestão Ambiental e Social (QGAS).</p>
Componente 2 - Promoção de práticas sustentáveis de produção alimentar e cadeias de valor responsáveis	<p>(i) Agricultores treinados em tecnologias de produção de baixo impacto, incluindo práticas conhecidas do Plano ABC e práticas ambientais para a recuperação de terras degradadas.</p> <p>(ii) Adoção de técnicas de recuperação de áreas de pastagens degradadas.</p> <p>(iii) Adoção de práticas de manejo do solo e uso de bioinsumos.</p> <p>(iv) Adoção de práticas de integração Lavoura-Pecuária-Floresta (iLPF).</p> <p>(v) Aumento dos estoques de carbono do solo e da biomassa vegetal.</p>	<p>Degradação do solo devido à não adoção de boas práticas de conservação.</p>	<p>Observância rigorosa das melhores práticas recomendadas para a atividade produtiva.</p>
		<p>Risco de disseminação de espécies exóticas e/ou invasoras de plantas utilizadas como forragem.</p>	<p>Observância rigorosa das melhores práticas recomendadas para a atividade produtiva.</p>
		<p>Desconsideração da capacidade de suporte do sistema, com sobrepastoreio e degradação da área.</p>	<p>Observância rigorosa das melhores práticas recomendadas para a atividade produtiva.</p>
		<p>Redução da qualidade dos corpos d'água devido a resíduos de sedimentos e pesticidas e descarte inadequado de embalagens descartadas de pesticidas.</p>	<p>Observância rigorosa da legislação vigente e das melhores práticas recomendadas para a atividade produtiva. Para evitar o descarte inadequado das embalagens descartadas de agrotóxicos, os beneficiários devem seguir a Lei nº 7.802/1989.</p>

Componente	Impactos positivos	Impactos negativos e riscos potenciais	Medidas de mitigação
		Acidentes de trabalho ocorrem frequentemente em atividades produtivas em decorrência da não utilização de equipamentos de proteção corretos na aplicação de pesticidas.	Observância rigorosa da legislação e das melhores práticas.
		Rejeição das novas tecnologias atualmente introduzidas, com retorno às práticas convencionais.	Uso de canais apropriados para informar grupos de beneficiários do Projeto Vertentes sobre exemplos de atividades bem-sucedidas. Destaque assistência técnica e esquemas de treinamento em andamento.
		Risco de aumento da conversão de áreas naturais em áreas produtivas, com potencial perda de ecossistemas naturais e redução da biodiversidade.	Focar as atividades em áreas degradadas ou subutilizadas. Nos termos do acordo, o proprietário se compromete a não converter vegetação nativa.
Componente 3 - observação e restauração de habitats naturais e integração da biodiversidade.	(i) Aumento da conectividade entre os fragmentos florestais remanescentes e o estabelecimento de corredores de biodiversidade.	Perda de biodiversidade devido ao mau uso dos recursos naturais.	Uma vez que as áreas de APPs/RPPNs sejam restauradas e forneçam conectividade, será possível conservar as espécies existentes, bem como promover o retorno de espécies que costumavam existir nessas áreas.
	(ii) Redução dos processos de erosão e degradação para reduzir o assoreamento dos corpos d'água.	Erosão causada por técnicas inadequadas de manejo do solo.	Utilização de técnicas adequadas de conservação do solo (especialmente cobertura vegetal).
	(iii) Melhoria da saúde do solo e utilização de bioinsumos. (iv) Recuperação da vegetação, conservação da biodiversidade e melhoria da qualidade dos serviços ambientais, em conformidade com a Convenção sobre a Biodiversidade. (v) Detecção, prevenção, redução e/ou interrupção dos atuais processos de desertificação. (vi) Melhoria da qualidade e quantidade da água. (vii) Conhecimento dos serviços ambientais, incluindo estoques de carbono. (viii) Conservação da biodiversidade por meio de dados de bancos genéticos ; manutenção do equilíbrio dos serviços ambientais, regulação hídrica e microclima das áreas de RPPN.	Degradação de APPs devido à falha dos beneficiários em respeitar o status dessas áreas adotado pelo projeto.	Orientar os agricultores sobre a necessidade de manter essas áreas separadas de acordo com a lei e garantir a disponibilidade de água e a manutenção da fauna e da flora.

Componente	Impactos positivos	Impactos negativos e riscos potenciais	Medidas de mitigação
<p>Componente 4 - Gestão do Projeto e Geração de conhecimento</p>	<p>(i) Gestão ambiental e social das atividades do projeto para atender às exigências das Normas Ambientais e Sociais do Banco Mundial e da legislação brasileira, por meio da adoção de mecanismos, diretrizes, procedimentos e demais disposições contidas no Plano de Gestão Ambiental e Social (PGAS).</p>	<p>Risco de interrupção da plataforma devido a alterações na divulgação de dados e informações.</p>	<p>Estabelecer meios alternativos para divulgação de dados e informações.</p>
	<p>(ii) Estabelecimento de uma plataforma institucional e de mecanismos para a promoção das atividades do projeto em todos os componentes, subcomponentes e atividades, bem como para o monitoramento efetivo dos resultados e dos impactos ambientais, sociais e econômicos.</p> <p>(iii) Geração de conhecimento e informação para apoiar os processos de tomada de decisão e planejamento, incluindo a divulgação de materiais de referência e lições aprendidas.</p>	<p>Risco de falha da estratégia operacional resultante de acordos e parcerias institucionais enfraquecidos.</p>	<p>Monitoramento pela UIP para garantir que a coesão institucional seja mantida.</p>

Plano de Engajamento das Partes Interessadas

4.6 Identificação e análise das partes interessadas

No presente capítulo são apresentadas as partes interessadas e afetadas pelo projeto considerando as diferentes categorias e nível de envolvimento com o projeto.

As partes interessadas do Projeto são definidas como **indivíduos, grupos ou organizações** que:

(a) São ou podem ser impactados direta ou indiretamente, positiva ou negativamente, pelo projeto – **“partes afetadas”**; e

(b) Podem ter interesse no projeto, cujos interesses podem ser afetados pelo projeto e/ou têm o potencial de influenciar os desfechos do projeto de alguma forma – **“outras partes interessadas”**.

(c) Entre as partes afetadas e as outras partes interessadas podem se encontrar **“indivíduos ou grupos desfavorecidos ou vulneráveis”** – ou seja, aqueles que, normalmente, não têm uma voz para manifestar suas preocupações, nem entendem os impactos de um projeto e que podem sofrer desproporcionalmente com os impactos adversos de um projeto ou devem ser prioritariamente beneficiados por ele.

De acordo com seu nível de interesse e seu nível de influência no projeto, as partes interessadas podem ser divididas nas seguintes categorias principais, entre pessoas e organizações que:

(a) Participam na implementação e coordenação do projeto (P);

(b) Influenciam diretamente a implementação do projeto (ID);

(c) Influenciam indiretamente a implementação do projeto (II);

(d) Diretamente afetados pelos resultados do projeto (DA);

(e) Indiretamente afetados pelos resultados do projeto (IA).

A preparação do projeto, **conduzida sob o acordo que teve o SENAR à época**, como agência implementadora, incluiu entrevistas e pesquisas para identificar potenciais stakeholders do projeto. Todos os stakeholders contatados expressaram interesse no projeto. Os produtores entrevistados também expressaram disposição para colaborar. Os resultados deste exercício são resumidos no Quadro 2. No Quadro 3, apresenta-se as partes interessadas e sua relação com o Projeto Vertentes.

Quadro 2 – Mapeamento inicial de afetadas e interessadas no Projeto Vertentes

Componentes	Classificação de Risco Ambiental e Social	Mapeamento inicial das partes afetadas	Mapeamento Inicial de Partes Interessadas
Componente 1 - Desenvolvimento e promoção de uma abordagem de Gestão Sustentável de Terras (SLM)	Baixo	Agricultores; Pecuaristas; Locais (homens e mulheres); Agricultores familiares organizados em cooperativas; Órgãos locais de assistência financeira e técnica; Governos Estaduais e Municipais.	Organizações representativas da indústria; ONGs que trabalham com áreas rurais e o meio ambiente; Agricultores familiares; Quilombolas; Povos indígenas; Governos Estaduais e Municipais; EMBRAPA; INMET; Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, da

Plano de Engajamento das Partes Interessadas

Componentes	Classificação de Risco Ambiental e Social	Mapeamento inicial das partes afetadas	Mapeamento Inicial de Partes Interessadas
			Agricultura Familiar e dos Produtores Rurais; Comerciantes
Componente 2 - Promoção de práticas sustentáveis de produção alimentar e cadeias de valor responsáveis	Moderado	Agricultores; Pecuáristas; Organizações representativas do setor produtivo rural (cadeias de carne e soja); Locais (homens e mulheres); Agricultores familiares organizados em cooperativas; Órgãos locais de assistência financeira e técnica; Governos Estaduais e Municipais; Compradores e investidores	Organizações representativas da indústria; ONGs que trabalham com áreas rurais e o meio ambiente; EMBRAPA; INMET; Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, da Agricultura Familiar e dos Produtores Rurais; Comerciantes
Componente 3 - conservação e restauração de habitats naturais e integração da biodiversidade.	Moderado	Agricultores; Pecuárista; Organizações representativas do setor (cadeias de carne e soja); Moradores locais (homens e mulheres); Agricultores familiares organizados em cooperativas; Órgãos locais de assistência financeira e técnica; Governos Estaduais e Municipais	Organizações representativas da indústria; ONGs que trabalham com áreas rurais e o meio ambiente; Governos Estaduais e Municipais; EMBRAPA; INMET; Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, da Agricultura Familiar e dos Produtores Rurais; Comerciantes
Componente 4 - Gestão do Projeto e Geração de conhecimento	Baixo	Membros do consórcio; Pessoal da UIP	Funcionários do IICA, MAPA, MMA e SFB; Consultores; Financiadores - GEF Agência Implementadora (Banco Mundial); Órgãos e Instituições Públicas (Ambiente e Agricultura)

Plano de Engajamento das Partes Interessadas

Quadro 3 - Partes interessadas e sua relação com o projeto

Partes interessadas	Atividade no projeto	Componentes envolvidos	Participação e tipo de influência no projeto			Efeito do projeto nas partes interessadas
Equipe de coordenação do projeto (MMA, SFB, IICA, MAPA, Banco Mundial, Agências Executoras)	Preparação, implementação, gestão e monitoramento do projeto como um todo. Embora cada instituição desempenhe um papel diferente, o objetivo geral da equipe é garantir a implementação adequada do projeto e a obtenção de suas metas, resultados e impactos declarados.	1,2,3 e 4	P			O projeto promove o manejo sustentável da paisagem e a adoção (ou melhoria) de práticas agrícolas e de restauração e conservação ambiental de baixo carbono para cadeias de valor de pecuária e soja em paisagens selecionadas no Brasil.
Unidades Operacionais do Projeto (contratadas pelo IICA).	Planejar as atividades a implementar nos seus territórios e desempenhar funções e responsabilidades como monitorar atividades de campo e relatar o progresso.	1,2,3 e 4		IA		O projeto contribui para a implementação de políticas, programas da agência e ações do projeto e fornece dados para a tomada de decisões das partes interessadas.
Governos estaduais e municipais, outros órgãos públicos.	Auxiliar na integração e na construção de sinergias entre os planos de projetos e as políticas públicas.	1,2,3		IA		Os órgãos públicos se beneficiam do envolvimento na implementação das ações do projeto e do fornecimento de dados relevantes para a tomada de decisões.
Agricultores, pecuaristas	Como beneficiários diretos e participantes próximos das ações do projeto, os agricultores e pecuaristas têm um impacto direto nos resultados do projeto	1,2,3		IA	DA	Treinamento e outros suportes recebidos como resultado de iniciativas de projeto em suas terras. O projeto prova ser valioso para os beneficiários por compartilhar experiências, auxiliar na tomada de decisões, introduzir novas técnicas inspiradas no projeto e a formação de novas parcerias com outras partes interessadas.
ONGs, Centros de Pesquisa, Academia, Associações Setoriais e representantes; Agências locais de assistência financeira e técnica; ONGs que trabalham com questões rurais e meio ambiente; EMBRAPA; INMET	Beneficiários indiretos de algumas ações do projeto. Contribuem com expertise técnica para certas ações do projeto.	1,2,3		IA	IA	As informações derivadas do projeto auxiliam ONGs etc. com a tomada de decisões. Os stakeholders fornecem e recebem vários tipos de suporte relacionados a ações relacionadas ao projeto.
Agricultores familiares, tradicionais, comunidades indígenas e territórios quilombolas nas áreas de implantação do projeto.	A participação nas audiências públicas pode melhorar a qualidade dos dados utilizados nos estudos sobre as áreas de paisagem selecionadas.	1			IA	Beneficie-se da promoção do desenvolvimento sustentável.
População em geral que vive e trabalha nas paisagens do projeto.	Beneficiários indiretos do projeto.	1			IA	Beneficie-se da promoção do desenvolvimento sustentável e da melhoria das condições socioambientais.

4.7 Estratégia operacional

(a) Divulgação de informações e consulta às partes interessadas

Para a divulgação de informações e consulta às partes interessadas, serão adotadas medidas para: (i) manter um relacionamento construtivo com as partes interessadas do projeto; (ii) promover e fornecer meios para o envolvimento eficaz e inclusivo das partes interessadas durante todo o ciclo de vida do projeto; e (iii) garantir que informações adequadas sobre os riscos e impactos socioambientais do projeto sejam disseminadas às partes interessadas de forma oportuna, acessível, compreensível e apropriada.

O projeto busca facilitar processos setoriais e intersetoriais para promover sinergias com o tema de gestão sustentável de paisagens. Um objetivo fundamental é direcionar a assistência técnica para incorporar e multiplicar melhores técnicas de produção agrícola que possam aumentar a disponibilidade de serviços ambientais e encorajar a recuperação de paisagens degradadas. Um objetivo adicional é mapear espécies de biodiversidade.

O projeto também visa fortalecer o envolvimento dos consórcios regionais nos planos de ação a serem implementados nas áreas selecionadas após a conclusão dos levantamentos paisagísticos, como primeiro passo.

O projeto também proporcionará condições para que gestores de organizações de produtores locais, empresas comerciais, organizações da sociedade civil, instituições públicas, etc. , se familiarizem com os princípios de Gestão Sustentável da Paisagem (SLM da sigla em Inglês) inspirados na UNCCD.

(b) Metodologia de engajamento das partes interessadas componente 1

Apresenta-se no Quadro 4 a estratégia metodológica para o envolvimento das partes interessadas durante a implementação do Componente 1.

Plano de Engajamento das Partes Interessadas

Quadro 4 – Partes interessadas e seu envolvimento na implementação do componente 1

Parte Interessada	Engajamento na implementação do componente 1	Objetivos
Equipe de coordenação do projeto (MMA, SFB, IICA, MAPA, Banco Mundial que integram a UIP)	<ul style="list-style-type: none"> • Reuniões bilaterais periódicas entre os membros da equipe; • Reuniões extraordinárias; reuniões bilaterais entre a equipe de coordenação e as Unidades Operacionais; • Divulgação de dados (site, redes sociais, newsletters, folhetos, etc.); • Participação em atividades do projeto nos territórios; • Envolvimento no planejamento de ações; • Participação em treinamentos, seminários, eventos; • Entrar em contato com representantes de instituições públicas e privadas, estaduais e regionais para incentivar a participação nas reuniões; • Reunião anual em cada um dos centros de atividades do projeto para avaliar os principais resultados do projeto, trocar conhecimentos e informações, etc; • Conduzir sessões de informação para fornecer esclarecimentos (por exemplo, sessão de perguntas e respostas); • Treinar gestores e pessoal de assistência técnica (cursos e seminários); • Mesas redondas informadas por dados fornecidos pelas unidades operacionais de paisagens; • Realizar ações de sensibilização e mobilização dos produtores rurais nas nove áreas de intervenção do projeto rural; • Avaliação de necessidades específicas para promover ampla participação de todas as partes interessadas e afetadas; • Consultas para elaboração de levantamentos paisagísticos com os diversos stakeholders; • Eventos para promover a adesão dos beneficiários às intervenções do projeto. 	<ul style="list-style-type: none"> • Fornecer dados para explicar os objetivos dos consórcios para implementação do Projeto Vertentes SLM; • Mapear e conectar as partes interessadas e incentivar a adesão às ações do projeto por parte dos produtores nas nove áreas de intervenção do projeto; • Apoiar o levantamento de elementos biofísicos da paisagem, mapear áreas críticas para a conservação da biodiversidade, investigar Áreas de Preservação Permanente (APPs) e RPPNs, pastagens e solos degradados. • Organizar consultas públicas, mobilizar stakeholders, instituições, etc ; • Incentivar as partes interessadas a participar de cursos de formação que visem a sensibilização para a importância e as vantagens das práticas sustentáveis; • Manter contato com representantes de órgãos e instituições públicas, privadas, estaduais e regionais para incentivar a participação nas reuniões; • Conceber pacotes de intervenção de projetos adaptados às circunstâncias locais; • Divulgação e uso extensivo de mecanismos de reclamação; • Foco no bom resultado do processo de gestão participativa da paisagem; • Atender às exigências do inquérito e produzir dados necessários à agenda do diálogo sectorial, tendo em conta a disponibilidade de novos conhecimentos técnicos, as oportunidades de mercado e a rastreabilidade ambiental das cadeias produtivas da carne e da soja; • Facilitar o contato e a interação mais próximos entre os atores locais;
Governos estaduais e municipais, outros órgãos públicos.	<ul style="list-style-type: none"> • Reuniões bilaterais com a Unidade Implementadora do Projeto(UIP) e outros setores; • Participação em eventos do projeto; • Assistência com divulgação de informações. 	<ul style="list-style-type: none"> • Incentivar o estabelecimento de consórcios locais e outros acordos; • Acompanhar a dinâmica de implementação dos planos de gestão da paisagem em cada área de intervenção; • Promover diálogos setoriais, destacando a disponibilidade de conhecimento técnico aprimorado, oportunidades de mercado e protocolos nas cadeias produtivas de carne e soja;
Agricultores e Pecuaristas; Agricultores familiares e quilombolas organizados	<ul style="list-style-type: none"> • Relatar informações relevantes quando solicitadas, participação em eventos; 	

Plano de Engajamento das Partes Interessadas

Parte Interessada	Engajamento na implementação do componente 1	Objetivos
em cooperativas.	<ul style="list-style-type: none"> Participação em atividades de projetos relacionados à paisagem; Envolvimento no planejamento de ações; Participação em cursos de formação, seminários, eventos. 	<ul style="list-style-type: none"> Promover a discussão sobre temas relevantes para as cadeias produtivas da soja e da carne; Estimular sinergias entre parcerias visando alinhar estratégias de desenvolvimento sustentável.
ONGs; Centros de Pesquisa Academia; Associações Setoriais e representações; Agências locais e assistência financeira e técnica; ONGs que trabalham com questões rurais e meio ambiente; EMBRAPA; INMET; Outras partes interessadas envolvidas em atividades semelhantes às dos cenários de projetos selecionados.	<ul style="list-style-type: none"> Prestação de informações relevantes quando solicitadas, participação em cursos de formação, seminários, eventos. Fornecimento de informações (sites, boletins informativos, brochuras, etc.) Cursos de formação (e seminários) para gestores e pessoal de assistência técnica. 	
Comunidades tradicionais, indígenas e quilombolas que vivem nas áreas de operação do projeto.	Participação na gestão da paisagem e em atividades de formação, planejamento e gestão da paisagem	
População em geral que vive e trabalha nas áreas de operação do projeto.	Acesso à informação em diferentes formatos	

Plano de Engajamento das Partes Interessadas

(c) Comunicação com as partes interessadas

Consultas e diálogos com as partes interessadas ocorrerão de forma permanente em todas as etapas do projeto. Uma variedade de canais e formatos de comunicação serão usados para garantir ampla participação é apresentada no Quadro 5.

Quadro 5 – Canais e formatos de comunicação com os interessados

Tema	Atividades classificadas como de baixo risco ambiental e social	Atividades classificadas como de moderado risco ambiental e social
Divulgação de atividades	<p>Publicação no site do IICA (iica.int) com notas replicadas nos sites dos órgãos oficiais envolvidos.</p> <p>Os e-mails das instituições interessadas devem ser enviados para: vertentes@iica.int</p> <p>Para as partes interessadas presentes nas paisagens de ação direta do projeto , o contato pode ser feito por meio do Escritório do IICA no Brasil, por meio de telefone, reuniões virtuais, visitas e reuniões presenciais, e-mail (para o endereço de e-mail do IICA), mensagens SMS e/ou WhatsApp, vans com alto-falantes, dependendo da atividade específica.</p>	<p>Divulgação dos ToR e produtos finais a serem publicados no site do IICA (iica.int) com notas replicadas nos sites dos órgãos oficiais envolvidos. As notas serão publicadas nas mídias sociais do Escritório do IICA no Brasil.</p> <p>As instituições interessadas devem comunicar através do e-mail do projeto: vertentes@iica.int</p> <p>Para as partes interessadas presentes nos cenários de ação direta do projeto , o contato pode ser feito por meio do Escritório do IICA no Brasil, por meio de telefone, reuniões virtuais, visitas e reuniões presenciais, e-mail, mensagens SMS e/ou WhatsApp, vans com alto-falantes, dependendo da atividade específica.</p> <p>NOTA: Todos os técnicos do IICA têm telefone celular e podem ser acessados via SMS ou WhatsApp. Além disso, a comunicação via telemática pode ser um item a ser incluído na contratação de técnicos de campo que atenderão ao projeto.</p>
Divulgação dos Termos de Referência	Não aplicável	Divulgação dos ToR nas páginas de notícias do site do IICA.
Divulgação de produtos	Publicação de um resumo dos resultados dos estudos na página de notícias do site do IICA, com notas replicadas nas redes sociais e no site do MAPA, SFB e MMA.	Divulgação dos estudos e resultados na página de notícias do IICA, com notas replicadas no site de mídia social e no site do MAPA, MMA e SFB.
Consulta sobre produtos e resultados de estudos e atividades	<p>Publicação no site do IICA (iica.int) com notas replicadas nos sites dos órgãos oficiais envolvidos.</p> <p>Os e-mails das instituições interessadas devem ser enviados para: vertentes@iica.int</p> <p>Para as partes interessadas presentes nas paisagens de ação direta do projeto , o contato pode ser feito por meio do Escritório do IICA no Brasil, por telefone, reuniões virtuais, visitas e reuniões presenciais, e-mail (para o endereço de e-mail do IICA), mensagens SMS</p>	<p>As instituições interessadas devem comunicar através do e-mail do projeto: vertentes@iica.int</p> <p>Para as partes interessadas presentes nas paisagens de ação direta do projeto , o contato pode ser feito por meio do Escritório do IICA no Brasil, por meio de telefone, reuniões virtuais, visitas e reuniões presenciais, e-mail, mensagens SMS e/ou WhatsApp, vans com alto-falantes, dependendo da atividade específica.</p>

Plano de Engajamento das Partes Interessadas

Tema	Atividades classificadas como de baixo risco ambiental e social	Atividades classificadas como de moderado risco ambiental e social
	e/ou WhatsApp, usando o número de telefone do técnico e/ou do projeto, vans com alto-falantes, dependendo da atividade específica.	
Mecanismo de reclamação	Todos os materiais informativos do projeto conterão detalhes dos canais de acesso ao Mecanismo de Reclamações.	

IMPORTANTE: Os Termos de Referência (TdR) para contratação de assistência técnica conterão diretrizes para garantir a inclusão de análises adequadas das implicações socioambientais das atividades em termos da legislação nacional e do cumprimento do Marco Ambiental e Social do Banco Mundial e das normas do Banco sobre acesso a dados.

4.8 Recursos e responsabilidades

O Projeto Vertentes será gerenciado e implementado por meio de uma parceria institucional firmada entre o Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), o Ministério do Meio Ambiente e Mudanças Climáticas (MMA), o Serviço Florestal Brasileiro (SFB) e o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA). Os recursos derivam do Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF) e são gerenciados pelo Banco Mundial/BIRD. O IICA - o mutuário em termos do empréstimo do GEF e do Banco Mundial - desempenhará um papel central na definição e implementação da estratégia operacional do Projeto Vertentes. A coordenação técnica será de responsabilidade conjunta dos ministérios acima mencionados e do IICA.

As principais instituições acima mencionadas têm experiência notável na gestão, coordenação, implementação e monitoramento de projetos e programas com financiamento nacional, bem como com recursos fornecidos pelo Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF), Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e outras organizações internacionais.

As atividades relacionadas ao Plano de Engajamento das Partes Interessadas serão financiadas pelos componentes 1 e 4.

A Unidade Implementadora do Projeto (UIP) nomeará um membro da equipe técnica para executar as atividades listadas no PEPI, monitorar reclamações e respostas e auxiliar na elaboração de relatórios para envio ao Banco Mundial.

A avaliação das ações será baseada em: nível de engajamento indicado pelos leitores dos vários boletins informativos, sites etc; relacionados ao projeto; resultados de consultas públicas; operação do mecanismo de reclamação; relatórios específicos sobre a participação dos usuários em reuniões e participação em cursos de treinamento.

Plano de Engajamento das Partes Interessadas

4.9 Cronograma do Plano de Engajamento das Partes Interessadas

NOTA: O processo de consulta inicial com o público mais amplo foi virtual e foi realizado pelo SENAR e os resultados são apresentados no capítulo “3 - Atividades preliminares de consulta e engajamento das partes interessadas” deste documento.

As ações de engajamento das partes interessadas continuarão durante todo o ciclo de vida do projeto. Relatórios semestrais sobre atividades relacionadas ao PEPI serão entregues ao Banco Mundial dentro de 30 dias corridos a partir do final de cada semestre. Os relatórios devem ser enviados trimestralmente durante os períodos de consulta pública e treinamento.

Consultas serão organizadas de forma contínua assim que a estrutura do projeto for finalizada. O propósito será permitir que as partes interessadas expressem suas opiniões sobre riscos, impactos e medidas de mitigação, etc. As contribuições das partes interessadas serão registradas e respondidas adequadamente.

NOTA: A futura consulta com o público mais amplo será virtual, em uma plataforma capaz de lidar com um grande fluxo de contribuições e será realizada pelo IICA e parceiros do projeto (MAPA, MMA e SFB).

Esta consulta virtual será limitada a 15 dias, durante os quais os documentos do projeto e de gestão de riscos ambientais e sociais estarão disponíveis para consulta. Um formulário específico estará disponível para as pessoas enviarem contribuições. Estas últimas serão recebidas e sistematizadas de acordo com os tópicos aos quais se referem. A equipe receptora decidirá se aceita ou não os relatórios, registrando e justificando suas decisões em uma lista apropriada. O IICA, o MAPA, o MMA e o SFB divulgarão os resultados desses procedimentos e os enviarão por e-mail aos principais atores identificados pela equipe. A UIP será responsável por conduzir a consulta e sistematizar os resultados. Uma consultoria específica também será contratada, se necessário, para apoiar a equipe nesta tarefa.

O projeto contará com uma variedade de estratégias de engajamento, como entrevistas individuais, consultas públicas e diagnósticos participativos. Ações como mapear stakeholders e avaliar sua capacidade de se engajar com o projeto como parceiros ou beneficiários já estão em andamento. Embora essa abordagem de contato próximo possa melhorar o engajamento, também é necessário explorar soluções específicas para encorajar uma participação mais ampla daqueles com maior probabilidade de se interessar (ou ser afetados) pelas ações do projeto.

Após a conclusão do exercício de mapeamento e diagnóstico participativo, outras ações de engajamento das partes interessadas buscarão descobrir mais sobre o conhecimento da paisagem, processos de trabalho, necessidades e expectativas dos produtores rurais. A avaliação dos resultados das ações de engajamento das partes interessadas será realizada pela equipe da UIP e pela equipe técnica do IICA qualificada nos tópicos relevantes. O objetivo geral é garantir que o treinamento, o suporte e a implementação das atividades dos outros componentes gerem

Plano de Engajamento das Partes Interessadas

transformações reais na gestão sustentável da paisagem, levando à adoção (ou melhoria) de práticas de SLM nas paisagens selecionadas.

As equipes de campo terão contato mais direto com os produtores rurais e a comunidade afetada, recebendo informações e repassando-as à UIP para que medidas imediatas possam ser tomadas para auxiliar os beneficiários.

Os processos de consulta serão documentados no interesse da transparência, principalmente para fornecer facilidades de consulta facilmente acessíveis durante todo o ciclo de vida do projeto. A UIP deve garantir que os mecanismos de consulta, cronogramas e prazos sejam divulgados de forma adequada às partes interessadas por meio dos canais de comunicação acordados.

Existem vários canais de comunicação diferentes. A escolha de seu uso depende da atividade envolvida. Os canais incluem sites, redes sociais, telefone, reuniões virtuais, visitas e reuniões presenciais, e-mails, mensagens SMS, WhatsApp, carros de som, etc.

NOTA: Todos os técnicos do IICA têm um telefone celular e podem ser acessados via SMS ou WhatsApp. Além disso, a comunicação via telemática pode ser um item a ser incluído na contratação de técnicos de campo que atenderão ao projeto.

5. MECANISMO DE QUEIXAS E RECLAMAÇÕES

No Brasil, o direito dos cidadãos de acessar informações públicas, previsto na Constituição, é regido pela Lei de Acesso à Informação - LAI (Lei nº 12.527/2011) e seu decreto regulamentador (Decreto nº 7.724/2012). Os sistemas de acesso à informação (e-Sic) e de ouvidoria (e- Ouv) foram desenvolvidos e integrados para atender às exigências desta legislação, bem como da Lei 13.460/2017 (regulamentada pelo Decreto nº 9.492/2018) que dispõe sobre a participação, proteção e defesa dos direitos dos cidadãos usuários de acesso a dados de serviços públicos.

O Ombudsman do IICA garante o direito de expressão dos cidadãos e fornece orientação sobre como os cidadãos devem proceder. Atende aos requisitos da Norma Ambiental e Social 10 - Engajamento de Partes Interessadas e Divulgação de Informações - e será usada para registrar e responder a consultas, solicitações de informações e reclamações relacionadas ao projeto.

A Ouvidoria recebe denúncias, reclamações, queixas, sugestões, elogios e solicitações de informações por meio dos seguintes canais (a serem contratados em conjunto com consultores técnicos de campo):

- Relatório/Reclamação: <https://apps.iica.int/transparenciaiica/public/Reporte>
- E-mail: vertentes@iica.int ; iica.br@iica.int

MMA. O Ministério do Meio Ambiente e Mudanças Climáticas é o principal polo do *Fala.BR* - Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação da Controladoria-Geral da União (CGU) - que substituiu o e-OUV, e do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC) instituído pela Lei de Acesso à Informação (LAI). Ambos os canais podem ser utilizados para contato com a Ouvidoria (por telefone ou online) sobre questões relativas ao ambiente de trabalho e aos serviços públicos prestados pelo MMA. Reclamações, sugestões, elogios e queixas são melhor feitas pelo *Fala.BR* em: https://www.gov.br/mma/pt-br/canais_atendimento/ouvidoria/fala.br

MAPA. O Ministério da Agricultura e Pecuária do Brasil opera os seguintes canais de atendimento ao cliente: (i) o Serviço de Atendimento ao Cidadão (SAC) e uma Ouvidoria institucional vinculada à Ouvidoria Geral do Governo Federal. O SAC pode ser acessado por meio de uma linha telefônica dedicada (0-800-7041995), por fax (61-32182401), por correio, pessoalmente e acessando o site do MAPA. Os cidadãos também podem entrar em contato com o MAPA por meio de seus canais de Ouvidoria; (ii) um formulário eletrônico está disponível em <http://www.agricultura.gov.br/ouvidoria/contatos-com-aouvidoria/por-formularioweb/formulario> e no e-mail ouvidoria@agro.gov.br.

A Ouvidoria do MAPA está sujeita à Lei nº 13.460/2017, regulamentada pelo Decreto nº 9.492/2018, que dispõe sobre a participação, a proteção e a defesa dos direitos dos usuários cidadãos relacionados ao acesso a dados de serviços públicos.

SFB. As funções da ouvidoria também estão alinhadas à Instrução Normativa nº 5/2018 do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União/Ouvidoria-Geral da

Plano de Engajamento das Partes Interessadas

União.³ Esta Instrução estabelece diretrizes para a atuação das ouvidorias do Poder Executivo Federal, determinando que as ouvidorias obedecerão às seguintes diretrizes: (i) atuar com presteza e imparcialidade; (ii) apoiar a integração das ouvidorias; (iii) assegurar a autonomia das ouvidorias; (iv) promover a participação social na governança; e (v) contribuir para a melhoria das políticas e serviços públicos.

As principais funções do Ouvidor incluem: (i) propor ações e prioridades para os ouvidores na sua respectiva área de atuação, monitorando, avaliando, organizando e divulgando amplamente os programas, projetos e procedimentos operacionais dessas atividades; (ii) promover a adoção de práticas de mediação e conciliação entre usuários e entes públicos visando ampliar e aprimorar o relacionamento da sociedade com o poder público; (iii) processar as informações recebidas dos usuários e elaborar pesquisas de satisfação para avaliar a qualidade dos serviços prestados, especialmente no que se refere ao atendimento dos compromissos e padrões de qualidade dos serviços previstos na *Carta de Atendimento ao Usuário*; (iv) produzir e analisar dados sobre as atividades da ouvidoria para subsidiar recomendações e propostas de medidas para melhoria da prestação dos serviços e correção de erros; (v) promover permanentemente o contato com órgãos e mecanismos de participação social, em especial comissões e conselhos de políticas públicas, conferências nacionais, mesas-redondas, fóruns, audiências e consultas públicas e ambientes de contato on-line; (vi) desempenhar as funções de Serviço de Informação ao Cidadão, quando convocado⁴; e (vii) receber, apurar e responder às solicitações inseridas no formulário⁵ *Simplifique !*.

A Ouvidoria não pode, em hipótese alguma, se recusar a investigar casos sob as regras estabelecidas na Instrução Normativa supracitada. Os serviços da Ouvidoria são gratuitos e o pagamento por parte dos usuários é proibido. A Ouvidoria também não pode tentar divulgar os motivos das decisões dos usuários de enviar denúncias. Além disso, qualquer solicitação de comprovação da identidade de um usuário só pode ser feita se informações pessoais do usuário ou de terceiros forem exigidas como evidência para embasar a resposta da Ouvidoria. O sistema pode ser acessado na página principal do site do Ministério da Economia.

As principais obrigações do Provedor de Justiça são: (i) responder aos relatórios gerados pelos utilizadores numa linguagem clara, objectiva, simples e compreensível; (ii) preparar e submeter uma resposta conclusiva aos relatórios no prazo de 30 dias a contar da recepção (prorrogável por igual período se expressamente justificado); (iii) efectuar uma análise inicial dos relatórios assim que recebidos e, se necessário, encaminhá-los para a divisão interna responsável pelos próximos passos; (iv) pedir aos utilizadores que esclareçam informações se estas forem insuficientes para uma análise adequada, e desistir de novos pedidos de esclarecimento, a menos que sejam

³http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/27128217/do1-2018-06-25-instrucao-normativa-n-5-de-18-de-junho-de-2018-27128190.

⁴Lei n.º 12.527, de 18 de novembro de 2011 (<https://www.gov.br/acessoainformacao/pt-br>).

⁵Instrução Normativa Conjunta MPDG/CGU nº 1, de 12 de janeiro de 2018 (<http://www.simplifique.gov.br/>).

Plano de Engajamento das Partes Interessadas

obrigados a fazê-lo em resultado da submissão de novos documentos ou dados ⁶; (v) solicitar actualizações às divisões de "ação" no prazo de 20 dias a contar da data de registo dos relatórios pela divisão, prorrogável apenas uma vez por mais 20 dias, se justificado; (vi) garantir que a identidade do utilizador ou do autor do relatório seja protegido ⁷; e (vii) coletar informações dos usuários dos serviços públicos para verificar a qualidade dos mesmos e ajudar a detectar e corrigir irregularidades.

Os relatórios dos usuários só podem ser bloqueados (ou seja, encerrados na ausência de uma resposta conclusiva) se o remetente não: (i) relatar os fatos verdadeiros; (ii) agir de boa-fé; (iii) agir com o devido cuidado e atenção; ou (iv) fornecer as evidências factuais solicitadas.

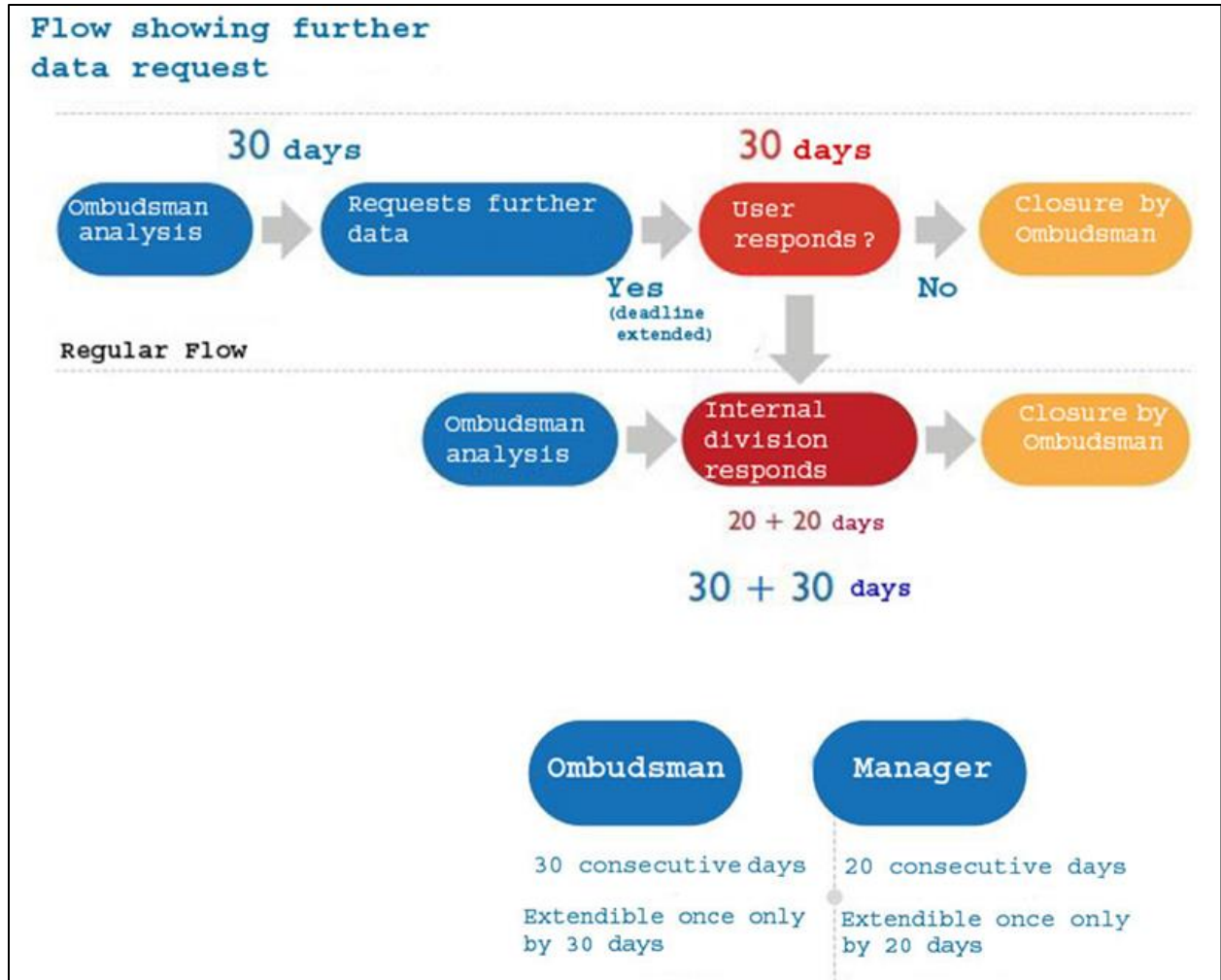
O Gabinete do Ombudsman Federal (GOF) pode se envolver no caso de não conformidade do ombudsman principal com os prazos e procedimentos relevantes. O GOF opera um sistema de registo computadorizado para todos os relatórios recebidos pelos ombudsmans do Poder Executivo Federal. O site do GOF é projetado para promover melhor contato entre a sociedade e o serviço público, por exemplo, publicando estatísticas e outros dados importantes relacionados aos serviços prestados pelos ombudsmans federais.

Relatórios sobre o tratamento e resolução de reclamações, etc. serão submetidos periodicamente ao Banco Mundial como parte do *Relatório de Progresso do Programa*. Eles destacarão: (i) o número de reclamações, sugestões e elogios recebidos, classificados por assunto e tipo; (ii) o número de casos resolvidos e respondidos dentro do prazo prescrito (30 dias, prorrogável por igual período se justificado); e (iii) o número, assunto e tipo de reclamações que permanecem sem solução no nível do Ombudsman do Ministério da Economia.

⁶A solicitação de dados complementares interrompe o prazo previsto no caput deste artigo. O prazo será retomado a partir do recebimento da resposta do usuário.

⁷Em caso de necessidade de apuração mais aprofundada dos fatos, o nome do denunciante será encaminhado ao órgão investigador. Este órgão será responsável por restringir o acesso à identidade do denunciante por terceiros.

Plano de Engajamento das Partes Interessadas

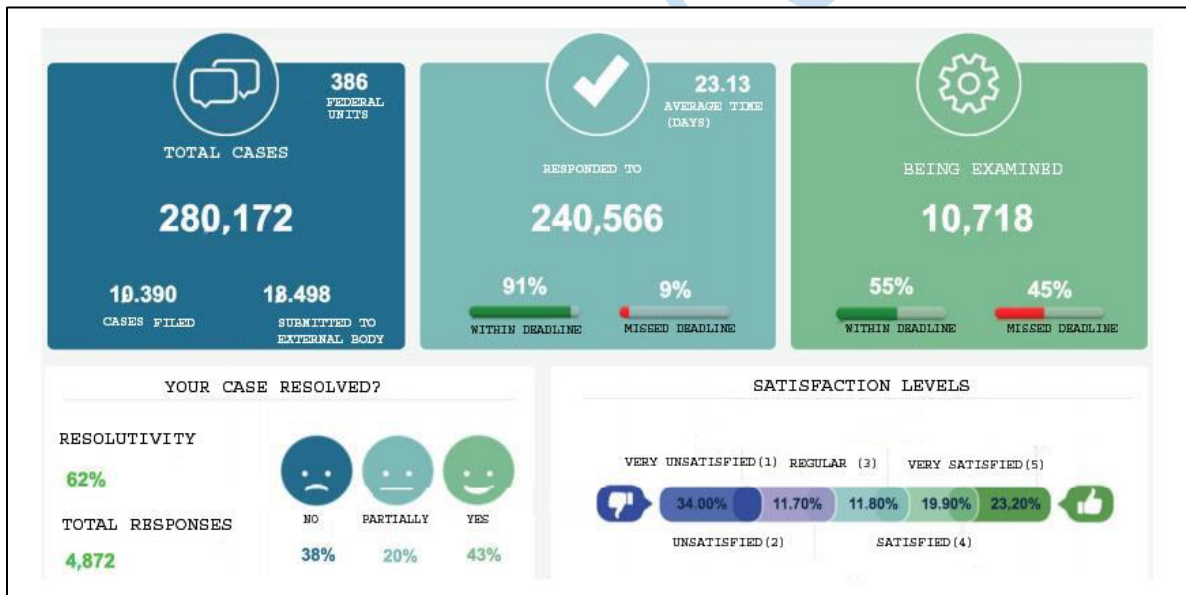
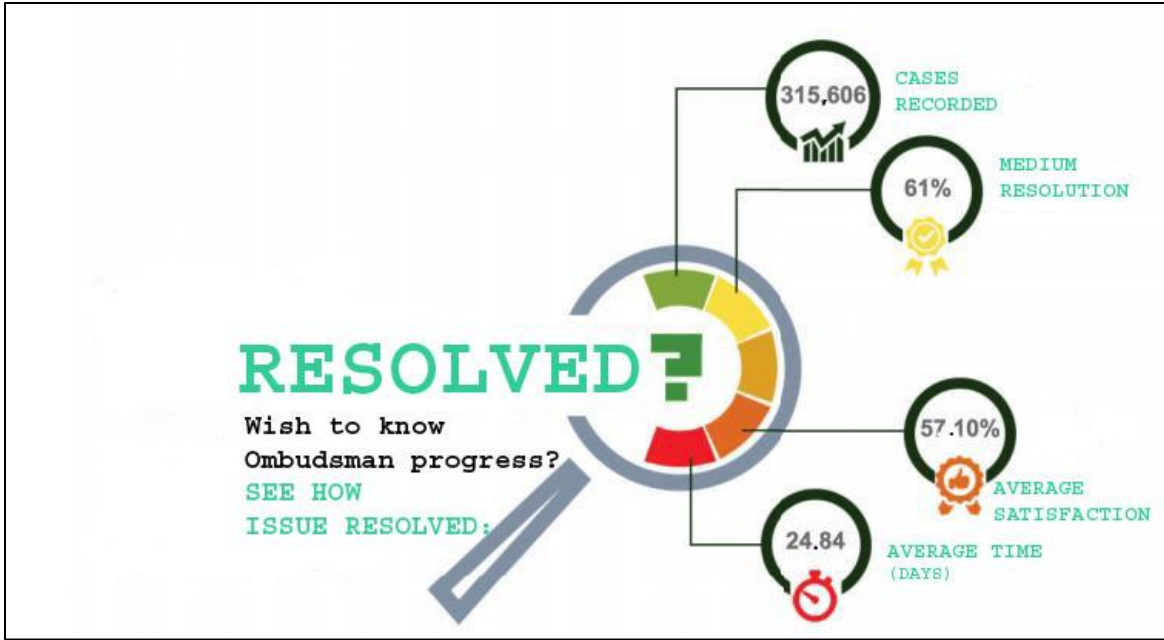


5.1 Monitoramento de dados do Ombudsman

O painel “Resolvido?”

Um exemplo de como o Governo Federal monitora os dados das ouvidorias é o chamado Painel “Resolvido?” (veja abaixo), que reúne dados sobre a entrada de relatórios de usuários registrados diariamente pelas ouvidorias do setor público referentes à qualidade de projetos, programas e serviços. O painel mostra diferentes filtros de demandas referentes às Vertentes diretamente aos órgãos onde as ouvidorias são acionadas, pois o painel da CGU compila apenas o que é reportado pelos órgãos. No caso da ouvidoria do IICA, o filtro pode ser feito para o projeto, desde que identificado no texto de submissão da demanda: (entidade, tipo de reclamação, assunto, prazos de resposta, etc.) e pode ser acessado em <http://paineis.cgu.gov.br/resolveu>. O painel reúne dados do banco de dados e- Ouv e é atualizado diariamente, permitindo assim que os gestores identifiquem picos de reclamações sobre um determinado serviço.

Plano de Engajamento das Partes Interessadas



6. MONITORAMENTO E RELATÓRIOS

6.1 Participação das partes interessadas nas atividades de monitoramento

O componente 4 está relacionado com a gestão do projeto e a alocação de recursos para financiar a Unidade Implementadora do Projeto (UIP) - responsável pelo envolvimento das partes interessadas, gestão de mudanças, M&E, gestão financeira, aquisição, comunicação, gestão do conhecimento e armazenamento de registros de lições aprendidas.

A UIP monitorará os fornecedores primários para garantir a conformidade com as regras do Banco Mundial e a legislação nacional. A Unidade também monitorará aspectos do engajamento de stakeholders (treinamento, workshops, seminários, reuniões, etc.).

Relatórios de progresso semestrais serão preparados e enviados ao Banco Mundial. A coleta de dados e a elaboração de relatórios da UIP serão realizadas por nomeados qualificados em redação de documentos de acordo com os padrões estabelecidos pelo projeto. Durante os períodos de consultas públicas e treinamento, os relatórios precisarão ser enviados trimestralmente.

6.2 Preparo de relatórios para as partes interessadas

Os resultados das atividades de engajamento de stakeholders serão reportados no site do MMA, do SFB e do MAPA e nas plataformas de consulta pública. Os stakeholders também poderão acessar links para dados sobre consultas divulgados por meio de boletins informativos direcionados a grupos específicos. Uma página do projeto listará todos os principais documentos do projeto e relatórios anuais finais. O relatório será publicado trimestralmente durante os períodos de consulta pública. Os mecanismos de reclamação também serão divulgados no site e nos relatórios.

6.3 Relatórios de contratantes e/ou parceiros

Se empresas forem contratadas ou parcerias forem estabelecidas com instituições para realizar atividades específicas do projeto, a UIP exigirá relatórios mensais de monitoramento de desempenho conforme arranjos contratuais designados. O Governo Brasileiro enviará os relatórios ao Banco Mundial por meio da UIP.

7. ARRANJO INSTITUCIONAL E ORÇAMENTO

Os ministérios do Meio Ambiente e Mudanças Climáticas (MMA) e da Agricultura e Pecuária (MAPA) e o Serviço Florestal Brasileiro (SFB) são responsáveis pela coordenação institucional e técnica necessária para implementar as atividades do projeto. O Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) será a agência implementadora do projeto, trabalhando em conjunto com o Banco Mundial e o Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF). Uma Unidade de Implementadora do Projeto (UIP), estabelecida através de Projeto de Cooperação Técnica (PCT) entre o MMA, o SFB, o MAPA e o IICA, será responsável por: (i) determinar a estratégia geral de implementação e quaisquer alterações; (ii) revisar e aprovar o manual de operações do projeto (MOP); (iii) revisar os planos de execução orçamentária anual do projeto; e (iv) redigir relatórios de monitoramento e avaliação (M&E), incluindo sobre cofinanciamento paralelo. Supervisionado pela UIP, o Escritório do IICA no Brasil será responsável pela implementação, coordenação e M&E de todas as atividades do projeto nos níveis central e de campo, bem como pela gestão financeira do projeto, aquisições, auditorias, desembolsos e auditorias.

O Escritório do IICA no Brasil será responsável por implementar e monitorar instrumentos de salvaguardas socioambientais e, juntamente com equipes contratadas pelo IICA como consultores técnicos, estão incluídas como equipe do instituto, para divulgar os resultados do projeto por meio de uma estratégia de comunicação proativa. A equipe do IICA incluirá: (i) Coordenador Geral do Projeto (CG); (ii) Coordenador Administrativo do Projeto (CA); (iii) Coordenador Técnico do Projeto (CT); (iv) Coordenador de Aquisições do Projeto (CAQ); (v) Coordenador de Monitoramento e Avaliação – M&A (E M&A); (vi) Coordenador Financeiro (CF); (vii) Assessor Técnico (AT); (viii) Assessor Jurídico (AJ); (ix) Especialistas de Campo (EC); (x) Especialista de Inteligência Territorial (EIT); (xi) Especialista Ambiental (EA); (xii) Especialista Social (ES); e (xiii) Especialista de Comunicação (EC).

7.1 Execução local descentralizada

Composta por técnicos e equipes de campo, contratados conforme demanda, a fim de atender a execução de atividades locais dos 3 componentes do projeto. O seu escopo de atuação dependerá do local de intervenção, público, dinâmica institucional do território, metas previstas, dentre outros. Suas principais atribuições envolvem a realização de mobilização local, interlocução com atores do território e implementação dos resultados e metas previstos no projeto.

7.2 Custo do monitoramento e avaliação

O custo de monitoramento e avaliação da implementação do projeto é estimado em aproximadamente US\$ 304.941,09 (trezentos e quatro mil, novecentos e quarenta e um e nove

Plano de Engajamento das Partes Interessadas

centavos de dólar), **conforme estabelecido no PAD**, (incluindo custos de gestão socioambiental com pessoal, viagens, comunicações, etc.).

Minuta para Consulta

Plano de Engajamento das Partes Interessadas

8. MAPEAMENTO DE PARCEIROS E BENEFICIÁRIOS POTENCIAIS DO PROJETO

Os parceiros potenciais do projeto, já mapeados, constam no Quadro 6.

Quadro 6 – Mapeamento de parceiros e beneficiários potenciais do Projeto Vertentes

Cadeia produtiva da pecuária de corte	Cadeia de valor da soja	Parceiros potenciais para a gestão sustentável da paisagem que atuam na área ambiental
<ol style="list-style-type: none"> 1. ABIEC (Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes) – Diretora Executiva – Liege Vergili Nogueira 2. Embrapa Gado de Corte – Pesquisadora responsável pelo protocolo CCN e Baixo Carbono – Fabiana Villa Alves 3. Rede ILPF – Ex-diretor William Marquió – atual consultor do Projeto Minerva/WRI para o Programa Fazendas Sustentáveis 4. GTPS (Grupo de Trabalho da Pecuária Sustentável) – Caio Penido (atual presidente do Imac, produtor rural e um dos líderes da Liga Araguaia/ Roncador) 5. IMAC (Instituto Mato Grosso da Carne) – Bruno de Jesus Andrade, Diretor de Operações 6. ASSOCON (Associação Nacional da Pecuária Intensiva) – Maurício Veloso 7. Associação Angus – Fábio Schuler Medeiros – ex-gerente do Programa Carne Angus, atualmente trabalha na Cooperaliança -PR 8. IBD e SBC (Departamento de Agricultura e Abastecimento) – Luis Henrique Witzler (alemão), diretor. 9. Acrimat (Associação dos Criadores de Mato Grosso) – Daniela Bueno, diretora executiva 10. WWF (Fundo Mundial para a Natureza) – Laís Ernesto Cunha (GT Pastagens), Carolina Siqueira (Programa Cerrado) e GT Pastagens 	<p>57 grandes, médios e pequenos produtores de soja das nove áreas do Projeto Vertentes foram entrevistados. Também foram feitos contatos com outras partes interessadas:</p> <ul style="list-style-type: none"> ➢ Associações, grupos de pesquisa e representantes da indústria: <ol style="list-style-type: none"> 1. Aprosojas: (AprosojaBR e Aprosoja GO). 2. Aprosojas contatados: BA, MT, MG 3. Grupo Morena (MT) 4. GAPES – Grupo de Pesquisa Alternativa para o Sudoeste de Goiás 5. GAAS – Grupo Associado para Agricultura Sustentável 6. IRRIGANOR – Associação dos Produtores Rurais e Irrigantes do Noroeste de Minas Gerais 7. Sônia Bonatto – Embaixadora do Congresso Nacional das Mulheres do Agronegócio 8. Faz Sucessoras do Agro 9. Sindicato das Mulheres do Agronegócio 10. Agroligadas 11. Sindicato Rural de Barreiras 12. Escritórios Regionais do SENAR (GO, MT, MG, DF, BA, MS) 13. Cooperativas: ➢ COMIVA – Cooperativa Agropecuária Mista do Vale do Araguaia ➢ COMIGO – Cooperativa Agroindustrial de Produtores Rurais do Sudoeste Goiano <p>14. Órgãos de pesquisa:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. IFAG – Instituto de Fortalecimento da Agricultura de Goiás - entrevistado 	<ol style="list-style-type: none"> 1- Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBIO 2- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA 3- Serviço Florestal Brasileiro - SFB 4- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA 5- Secretaria do Meio Ambiente do Estado da Bahia - SEMA 6- Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos da Bahia – INEMA 7- Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Distrito Federal - SEMA 8- Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos - Brasília Ambiental - IBRAM 9- Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais - SEMAD 10- Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais - IEF 11- Secretaria de Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico, Produção e Agricultura Familiar - SEMAGRO 12- Instituto Mato Grosso do Sul do Meio Ambiente - IMASUL 13- Secretaria de Meio Ambiente de Mato Grosso - SEMA 14- Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Goiás - SEMAD

Plano de Engajamento das Partes Interessadas

Cadeia produtiva da pecuária de corte	Cadeia de valor da soja	Parceiros potenciais para a gestão sustentável da paisagem que atuam na área ambiental
<p>11. Meat Camp e BBQ Secrets – Roberto Barcellos – especialista em produção e comercialização de carnes gourmet</p>	<p>2. IMEA – Instituto Matogrossense de Economia Agrícola</p> <p>3. Embrapa Soja</p> <p>15. Atores na cadeia de valor vinculada ao mercado:</p> <p>1. ABIOVE – Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (reúne todas as empresas comercializadoras e, mais recentemente, a COFCO, a Caramuru e a ANEC)</p> <p>2. Caramuru – comerciante / MT</p> <p>3. Trader de Originação / MT</p> <p>4. COFCO</p> <p>5. ADM</p> <p>6. ANEC – Associação Nacional dos Exportadores de Cereais (atividade gera mais de 40% do PIB)</p> <p>7. Associação Nacional dos Exportadores de Cereais (mais de 40% do PIB gerado na atividade).</p> <p>15. Correntes:</p> <p>1. AMAGGI/RTRS</p> <p>2. PROTERRA</p>	<p>15- Instituto Agronômico de Campinas - IAC</p> <p>16- Rede Brasileira de Jardins Botânicos - RBJB</p> <p>17- Nacional das RPPNs</p>

9. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

A partir das informações de monitoramento e avaliação, o PEPI será periodicamente revisado e atualizado conforme necessário no curso da implementação do projeto, a fim de garantir que as informações apresentadas sejam consistentes e atualizadas e que os métodos de engajamento identificados permaneçam apropriados e eficazes em relação ao contexto do projeto. Além disso, quaisquer mudanças importantes nas atividades relacionadas ao projeto e em seu cronograma serão devidamente refletidas no PEPI.

Através do processo de monitoramento e avaliação do projeto as partes interessadas serão ouvidas por meio de coletas de dados primários como entrevistas, questionários, observação, entre outros. Além disso, suas manifestações formais por meio dos canais de queixas e reclamações serão consideradas para os esforços de monitoramento e avaliação do projeto.

7.1 Indicadores propostos

Para acompanhar os resultados do PEPI estão sendo **propostos** indicadores para monitorar sistematicamente o andamento das ações de engajamento propostos bem como aferir os resultados obtidos em termos do atendimento das demandas das comunidades e as opiniões dos beneficiários diretos e serão reportados semestralmente.

- ✓ Número de queixa por tipo (reclamação, elogio, demanda, solicitação etc.), local dos demandantes, tempo;
- ✓ Tema das queixas por tempo e local;
- ✓ Tempo de resposta - médio, mínimo e máximo em que as queixas foram resolvidas;
- ✓ Avaliação do demandante sobre o atendimento recebido;
- ✓ Tempo de encerramento da demanda;
- ✓ Proporção de participantes satisfeitos com os eventos de capacitação;
- ✓ Taxa de reclamações e solicitações de informações devidamente respondidas e relatadas.

7.2 Relatórios

Os relatórios sobre a implementação das atividades previstas no PEPI serão semestrais e conterão informações sobre as atividades de divulgação de informações e engajamento de partes interessadas, número e o teor das interlocuções realizadas por meio de todos os canais especificados neste plano.